

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	14
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	18
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	19
11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	19
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	19
13. INTANGÍVEL	22
14. FORNECEDORES	23
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	23
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	24
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	27
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	27
19. PROVISÕES.....	28
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	34
21. RECEITA.....	35
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	38
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	42
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	43
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	45
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	52
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	53
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	54
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	67

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	676.978	313.799
Títulos e Valores Mobiliários	5	122.113	100.819
Consumidores e Revendedores	6	2.392.900	1.371.126
Concessionários – Transporte de Energia	6	162.991	219.770
Tributos Compensáveis	7	160.430	120.843
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	235.652	185.159
Estoques		32.310	28.950
Contribuição de Iluminação Pública		139.967	88.065
Reembolso Subsídios Tarifários	10	166.571	344.896
Subvenção Baixa Renda		62.826	35.197
Ativos Financeiros da Concessão	12	728.889	843.793
Fundos Vinculados		63	795
Outros		332.817	234.452
TOTAL DO CIRCULANTE		5.214.507	3.887.664
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	5	59.933	1.726
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	804.436	860.964
Tributos Compensáveis	7	274.505	302.522
Depósitos Vinculados a Litígios	9	880.169	865.556
Consumidores e Revendedores	6	61.344	202.733
Concessionários - Transporte de Energia	6	75.743	6.172
Outros Créditos		13.688	46.708
Ativos Financeiros da Concessão	12	7.414.461	6.206.564
Intangíveis	13	1.231.120	1.484.231
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.815.399	9.977.176
ATIVO TOTAL		16.029.906	13.864.840

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	2.882.122	1.912.693
Debêntures	16	350.575	324.124
Fornecedores	14	1.290.483	1.119.485
Impostos, Taxas e Contribuições	15	534.940	378.220
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		111.869	214.955
Salários e Encargos Sociais		154.066	132.827
Encargos Regulatórios	17	492.607	57.257
Participações nos Lucros		123.476	76.060
Obrigações Pós-Emprego	18	116.759	109.879
Contribuição de Iluminação Pública		241.591	168.191
Outras		144.760	152.688
TOTAL DO CIRCULANTE		6.443.248	4.646.379
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	932.362	1.061.702
Debêntures	16	2.931.310	2.749.731
Provisões	19	339.837	303.122
Obrigações Pós-Emprego	18	1.878.249	1.797.092
Impostos, Taxas e Contribuições	15	612.622	615.485
Encargos Regulatórios	17	121.016	190.668
Outras		20.699	18.434
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.836.095	6.736.234
TOTAL DO PASSIVO		13.279.343	11.382.613
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	20	2.361.998	2.261.998
Reservas de Lucros		556.103	453.017
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(232.788)	(232.788)
Lucros Acumulados		65.250	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.750.563	2.482.227
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.029.906	13.864.840

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
RECEITA	21	9.293.969	7.426.790
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(5.374.154)	(4.017.276)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(629.841)	(414.671)
		(6.003.995)	(4.431.947)
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(563.320)	(521.413)
Materiais		(25.985)	(30.271)
Serviços de Terceiros		(440.532)	(424.884)
Amortização		(322.395)	(304.551)
Provisões (Reversões) Operacionais		(67.914)	(20.908)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(690.632)	(546.100)
Outras		(106.260)	(105.002)
		(2.217.038)	(1.953.129)
CUSTO TOTAL		(8.221.033)	(6.385.076)
LUCRO BRUTO		1.072.936	1.041.714
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(109.866)	(88.907)
Despesas Gerais e Administrativas		(296.659)	(284.535)
Outras Despesas Operacionais		(370.906)	(317.540)
		(777.431)	(690.982)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		295.505	350.732
Receitas Financeiras	23	679.437	227.240
Despesas Financeiras	23	(852.435)	(550.338)
Resultado Antes dos Impostos		122.507	27.634
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(729)	(192.567)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	(56.528)	171.338
RESULTADO DO PERÍODO		65.250	6.405
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária		0,0282	0,0028

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E
2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Jul a Set/15	Jul a Set/14 Reclassificado
RECEITA	21	3.189.309	2.594.613
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.795.541)	(1.255.560)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(230.062)	(155.834)
		<u>(2.025.603)</u>	<u>(1.411.394)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(178.001)	(170.862)
Materiais		(8.799)	(10.617)
Serviços de Terceiros		(143.124)	(147.680)
Amortização		(108.740)	(103.094)
Provisões Operacionais		(32.150)	(25.016)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(247.227)	(221.951)
Outras		(36.126)	(36.628)
		<u>(754.167)</u>	<u>(715.848)</u>
CUSTO TOTAL		(2.779.770)	(2.127.242)
LUCRO BRUTO		409.539	467.371
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(52.165)	(41.046)
Despesas Gerais e Administrativas		(105.520)	(105.198)
Outras Despesas Operacionais		(97.964)	(88.188)
		<u>(255.649)</u>	<u>(234.432)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		153.890	232.939
Receitas Financeiras	23	257.663	65.065
Despesas Financeiras	23	(314.199)	(180.582)
Resultado Antes dos Impostos		97.354	117.422
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(616)	(98.625)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	(36.674)	54.503
RESULTADO DO PERÍODO		60.064	73.300
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária		0,0255	0,0324

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	30/09/2015	30/09/2014
RESULTADO DO PERÍODO	65.250	6.405
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	65.250	6.405

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Milhares de Reais)

	Jul a Set/15	Jul a Set/14
RESULTADO DO PERÍODO	60.064	73.300
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	60.064	73.300

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.261.998	427.805	(196.945)	-	2.492.858
Resultado do Período	-	-	-	6.405	6.405
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	6.405	6.405
Dividendos extraordinários (R\$0,0752/ação)	-	(170.000)	-	-	(170.000)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014	2.261.998	257.805	(196.945)	6.405	2.329.263
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	2.261.998	453.017	(232.788)	-	2.482.227
Resultado do Período	-	-	-	65.250	65.250
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	65.250	65.250
Aumento de capital	100.000	-	-	-	100.000
Reserva de Retenção de Lucros	-	103.086	-	-	103.086
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015	2.361.998	556.103	(232.788)	65.250	2.750.563

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	30/09/2015	30/09/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	65.250	6.405
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	195.985	168.996
Amortização	335.366	318.011
Provisões para Perdas Operacionais	177.780	109.815
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	51.531	7.671
Ativo Financeiro - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	(1.306.434)	-
Juros e Variações Monetárias	180.817	454.002
Imposto de Renda e Contribuição Social	57.257	21.229
	<u>(242.448)</u>	<u>1.086.129</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(990.251)	(210.202)
Concessionários – Transporte de Energia	(12.792)	8.647
Reembolso Subsídios Tarifários	178.325	(110.328)
Repasso de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(397.002)
Ativo Financeiro - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	1.193.190	-
Tributos Compensáveis	(11.570)	169.621
Imposto de Renda e Contribuição Social	(50.493)	108.216
Depósitos Vinculados a Litígios	(14.613)	(32.161)
Subvenção Baixa Renda	(27.629)	(6.969)
Outros	(120.607)	7.078
	<u>143.560</u>	<u>(463.100)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	170.998	333.573
Tributos e Contribuição Social	153.857	(4.718)
IR e CSLL a pagar	54.889	(80.543)
Salários e Encargos Sociais	21.239	7.220
Encargos Regulatórios	365.698	4.311
Obrigações Pós-Emprego	(107.948)	(101.620)
Outros	83.954	13.659
	<u>742.687</u>	<u>171.882</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	643.799	794.911
Juros Pagos	(396.183)	(294.653)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(55.618)	(112.024)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	191.998	388.234
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(79.501)	(250.374)
Em Fundos Vinculados	732	1.011
Em Intangível	(585.379)	(496.632)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(664.148)	(745.995)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.469.014	1.210.000
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.733.685)	(591.622)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	(415.127)
Aumento de Capital	100.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	835.329	203.251
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	363.179	(154.510)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	313.799	685.969
No fim do exercício	<u>676.978</u>	<u>531.459</u>
	363.179	(154.510)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	30/09/2015		30/09/2014	
			Reclassificado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	15.470.471		9.815.583	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	690.632		546.100	
Outras Receitas	3.477		16.118	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(109.866)		(88.907)	
	<u>16.054.714</u>		<u>10.288.894</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.915.233)		(4.417.727)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(694.041)		(456.161)	
Serviços de Terceiros	(771.715)		(707.199)	
Materiais	(294.605)		(273.870)	
Outros Custos Operacionais	(240.654)		(178.784)	
	<u>(7.916.248)</u>		<u>(6.033.741)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>8.138.466</u>		<u>4.255.153</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(335.366)		(318.011)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>7.803.100</u>		<u>3.937.142</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	679.437		227.240	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>8.482.537</u>		<u>4.164.382</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	895.492	10,56	828.733	19,92
Remuneração Direta	637.037	7,51	558.245	13,43
Benefícios	222.239	2,62	236.205	5,67
FGTS	36.216	0,43	34.163	0,82
Outros	-	-	120	-
Impostos, Taxas e Contribuições	6.504.416	76,68	2.685.186	64,47
Federais	3.835.227	45,21	802.599	19,27
Estaduais	2.666.666	31,44	1.879.481	45,13
Municipais	2.523	0,03	3.106	0,07
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.017.379	11,99	644.058	15,46
Juros	957.688	11,29	584.767	14,04
Aluguéis	59.691	0,70	59.291	1,42
Remuneração de Capital Próprio	65.250	0,77	6.405	0,15
Lucros Retidos	65.250	0,77	6.405	0,15
	<u>8.482.537</u>	<u>100,00</u>	<u>4.164.382</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.057.498 consumidores em 30 de setembro de 2015 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 20 anos até 18 de fevereiro de 2016, e enquadra-se nos termos da Medida Provisória nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783 em janeiro de 2013). Em 15 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do respectivo contrato de concessão.

Em 02 de junho de 2015 foi editado o Decreto nº 8.461 que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição alcançadas pela Lei nº 12.783/2013. Em 26 de outubro de 2015 a ANEEL encaminhou ao MME recomendação de prorrogação da concessão da Cemig D, bem como a minuta de termo aditivo ao seu contrato de concessão. Até a data da aprovação destas Informações Contábeis Intermediárias os termos da prorrogação estão sob análise da Poder Concedente. A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, sendo que o novo contrato terá prazo de validade de 30 anos, com metas financeiras e de qualidade que deverão ser cumpridas pelas distribuidoras durante todo o período de vigência do contrato.

Em 30 de setembro de 2015, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$1.228.741. Esse excesso foi decorrente, principalmente, da maior saída de caixa prevista no curto prazo para o pagamento de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR). Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2015, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 30 de abril de 2015.

Em 09 de novembro de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2014 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2015, é conforme a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2014	30/09/2015	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolsos Subsidiários Tarifários
12	11	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Intangível
15	14	Fornecedores
16	15	Impostos, Taxas e Contribuições
17	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	17	Encargos Regulatórios
19	18	Obrigações Pós-Emprego
20	19	Provisões
21	20	Patrimônio Líquido
22	21	Receita
23	22	Custos e Despesas Operacionais
24	23	Receitas e Despesas Financeiras
25	24	Transações com Partes Relacionadas
26	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
27	26	Mensuração Pelo Valor Justo
31	27	Transações Não Envolvendo Caixa

As notas explicativas do relatório anual de 2014 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões
28	Seguros
29	Obrigações Contratuais
30	Reajuste Tarifário Anual

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre e acumulado no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação da CVM.

2.3. Reclassificação de Saldos Contábeis

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às Informações Contábeis Intermediárias, originalmente emitidas em 13 de novembro de 2014, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados, conforme quadro resumo a seguir:

Demonstração de Resultado - 30/09/2014	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receita		7.437.914	(11.124)	7.426.790
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita - Taxa Fiscalização	21	-	(11.124)	(11.124)
Serviços Energia Elétrica				
Despesa Operacional				
Outras Despesas Operacionais (Taxa Fiscalização/Penalidades contratuais e regulatórias)	22	(312.481)	(5.059)	(317.540)
Resultado Financeiro				
Despesas Financeiras (Outras - Penalidades contratuais e regulatórias)	23	(566.521)	16.183	(550.338)

Demonstrações do Valor Adicionado – 30/09/2014	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Serviços de Terceiros (Agentes Arrecadadores)	(756.641)	49.442	(707.199)
Outros Custos Operacionais (Agentes Arrecadadores/Penalidades contratuais e regulatórias)	(113.159)	(65.625)	(178.784)
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros (Outras - Penalidades contratuais e regulatórias)	600.950	(16.183)	584.767

Demonstração de Resultado - 01/07/2014 a 30/09/2014	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receita		2.597.725	(3.112)	2.594.613
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita - Taxa Fiscalização	21	-	(3.112)	(3.112)
Serviços Energia Elétrica				
Despesa Operacional				
Outras Despesas Operacionais (Taxa Fiscalização/Penalidades contratuais e regulatórias)	22	(87.788)	(400)	(88.188)
Resultado Financeiro				
Despesas Financeiras (Outras - Penalidades contratuais e regulatórias)	23	(184.094)	3.512	(180.582)

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2015	31/12/2014
Contas Bancárias	34.774	72.069
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	568.036	236.532
Overnight	74.168	5.198
	642.204	241.730
	676.978	313.799

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/09/2015	31/12/2014
Certificados de depósitos bancários	78.342	27.885
Letras Financeiras – Bancos	63.892	55.240
Letras Financeiras do Tesouro	15.962	8.268
Debêntures	23.261	9.707
Outros	589	1.445
	182.046	102.545
Ativo Circulante	122.113	100.819
Ativo Não Circulante	59.933	1.726

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 105% a 116,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 101,5% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas, está apresentada na Nota Explicativa nº 25. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 24.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/09/2015	31/12/2014
Residencial	792.112	337.650	213.313	1.343.075	935.811
Industrial	182.509	54.377	117.862	354.748	404.325
Comércio, Serviços e Outras	429.689	80.611	121.245	631.545	479.816
Rural	170.776	45.771	34.052	250.599	144.139
Poder Público	88.994	19.874	27.169	136.037	100.019
Iluminação Pública	44.429	4.215	8.898	57.542	40.239
Serviço Público	84.414	8.513	23.391	116.318	69.891
Subtotal – Consumidores	1.792.923	551.011	545.930	2.889.864	2.174.240
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	17	17	17
Concessionários – Transporte de Energia	197.269	8.520	239.091	444.880	225.941
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	861	861	861
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(642.644)	(642.644)	(601.258)
	1.990.192	559.531	143.255	2.692.978	1.799.801
Ativo Circulante				2.555.891	1.590.896
Ativo Não Circulante				137.087	208.905

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2015	31/12/2014
Residencial	203.298	175.882
Industrial	88.518	85.720
Comércio, Serviços e Outras	103.047	93.505
Rural	17.564	16.261
Poder Público	10.453	9.924
Iluminação Pública	4.020	4.216
Serviço Público	9.598	9.702
Concessionários – Transporte de Energia	206.146	206.048
	642.644	601.258

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	538.939
Constituições	88.907
Baixas	(45.107)
Saldo em 30 de setembro de 2014	582.739
Saldo em 31 de dezembro de 2014	601.258
Constituições	109.866
Baixas	(68.480)
Saldo em 30 de setembro de 2015	642.644

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/09/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS a Recuperar	106.694	88.447
COFINS	41.953	24.620
PIS-PASEP	9.109	5.346
Outros	2.674	2.430
	160.430	120.843
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	195.712	209.303
COFINS	64.800	76.646
PIS-PASEP	13.993	16.573
	274.505	302.522
	434.935	423.365

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar não Circulante e os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com a previsão de realização até 30 de setembro de 2016.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2015 que serão compensadas com Tributos a Pagar apurados para o ano de 2015, registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuição Social no Passivo Circulante.

	30/09/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de Renda	149.763	115.153
Contribuição Social	85.889	70.006
	235.652	185.159

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	30/09/2015	31/12/2014
Ativos Fiscais Diferidos		
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	1.719	-
Obrigações Pós-Emprego	479.055	451.842
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	226.360	212.288
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Provisões Operacionais	115.545	103.062
Taxa de Administração	7.219	7.501
Outros	41.233	25.849
	1.024.286	953.697
Passivos Fiscais Diferidos		
Índice de Reajuste Tarifário – IRT	-	(9.552)
Atualização do Ativo Financeiro - Base de Remuneração de Ativos	(117.545)	(21.440)
Encargos Financeiros Capitalizados	(93.442)	(59.892)
Custos de Captação	(8.863)	(1.849)
	(219.850)	(92.733)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	804.436	860.964

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	897.686
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	171.338
Saldo em 30 de setembro de 2014	1.069.024
Saldo em 31 de dezembro de 2014	860.964
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(56.528)
Saldo em 30 de setembro de 2015	804.436

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/09/2015	30/09/2014
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	122.507	27.634
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(41.652)	(9.396)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	189	4.319
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.383)	(1.182)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(539)	79
Multas Indedutíveis	(5.597)	(3.774)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(8.115)	(8.890)
Outros	(160)	(2.385)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(57.257)	(21.229)
Alíquota Efetiva	46,74%	76,82%
Corrente	(729)	(192.567)
Diferido	(56.528)	171.338

	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	97.354	117.422
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(33.100)	(39.923)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	189	2.547
Contribuições e Doações Inadotáveis	(501)	(498)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(116)	(86)
Multas Inadotáveis	(1.174)	(962)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(2.575)	(2.829)
Outros	(13)	(2.371)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(37.290)	(44.122)
Alíquota Efetiva	38,30%	37,58%
Corrente	(616)	(98.625)
Diferido	(36.674)	54.503

Lei 12.973/14

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irrevogável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia optou por antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/09/2015	31/12/2014
Trabalhista	230.089	214.445
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	5.619	5.637
	623.941	623.959
Outros		
Regulatório	15.308	15.267
Cível	2.232	2.284
Relações de Consumo	2.477	2.130
Bloqueio Judicial	4.148	5.667
Outros	1.974	1.804
	26.139	27.152
	880.169	865.556

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15 das Informações Contábeis Intermediárias.

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O montante apropriado de janeiro a setembro de 2015 como receitas de subsídios foi de R\$586.150 (R\$431.651 no mesmo período de 2014). Dos valores provisionados, a Companhia tem a receber R\$166.571 (R\$344.896 em 31 de dezembro de 2014), reconhecidos no ativo circulante.

11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e, conseqüentemente, do aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

O decreto definiu que caberia à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – (CDE).

Estes repasses, referentes às competências de novembro e dezembro de 2014, foram recebidos em março de 2015 e reconhecidos como uma realização parcial do Ativo Financeiro – CVA, no montante de R\$404.418.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	30/09/2015	31/12/2014
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)	6.783.191	5.943.682
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	1.360.159	1.106.675
	8.143.350	7.050.357
Ativo Circulante	728.889	843.793
Ativo Não Circulante	7.414.461	6.206.564

a) Ativos relacionados à Infraestrutura

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Em 28 de outubro de 2015, a ANEEL emitiu o Despacho 3.592, que esclarece que mesmo com o término dos prazos contratuais, à luz da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os trâmites necessários à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões, não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses. Considerando o Despacho mencionado acima, a Administração avaliou que o ativo financeiro referente às concessões de distribuição de energia, no montante de R\$6.783.191 em 30 de setembro de 2015, não será realizado nos próximos 12 meses, e, portanto, transferiu este montante para do seu Ativo Circulante para o Ativo Não Circulante.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.063.802
Transferências do Ativo Intangível	584.372
Baixas	(6.305)
Atualização Financeira Líquida	(31.402)
Saldo em 30 de setembro de 2014	5.610.467
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.943.682
Transferências do Ativo Intangível	603.839
Baixas	(46.993)
Atualização Financeira Líquida	282.663
Saldo em 30 de setembro de 2015	6.783.191

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

A partir da assinatura do aditamento dos contratos de concessão, em 10 de dezembro de 2014, a Cemig Distribuição passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:

Saldos em 30/09/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Itens da “Parcela A”					
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	131.853		122.851		254.704
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	75.490	(657)	12.954		87.787
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	4.932	(4)	3.897		8.825
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	68	(2.305)			(2.237)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	647	(234.436)		(28.000)	(261.789)
Energia comprada para Revenda	1.631.765	(597.023)	826.132	(286.211)	1.574.663
Outros Componentes Financeiros					
Sobrecontratação de Energia		(127.931)		(21.125)	(149.056)
Neutralidade da Parcela A	9.258	(3.493)			5.765
Outros Itens Financeiros	18.358	(1.304)	772		17.826
Bandeiras Tarifárias (*)		(176.329)			(176.329)
TOTAL	1.872.371	(1.143.482)	966.606	(335.336)	1.360.159

(*) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	30/09/2015	31/12/2014
Ativo	979.616	1.859.361	2.838.977	2.426.076
Passivo	(833.249)	(645.569)	(1.478.818)	(1.319.401)
	146.367	1.213.792	1.360.159	1.106.675

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros no período de janeiro a setembro de 2015:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.106.675
(+) Constituição	1.729.951
(-) Amortização	(423.517)
(-) Recebimento de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(1.193.190)
(+) Atualização Selic	56.516
(+) Variação Cambial	83.724
Saldo em 30 de setembro de 2015	1.360.159

13. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

a) Composição do saldo em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

	30/09/2015			31/12/2014		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da Concessão						
Líquidos	6.517.360	(6.329.768)	187.592	6.619.400	(6.117.612)	501.788
Intangível em Curso	1.043.528	-	1.043.528	982.443	-	982.443
Total Intangível	7.560.888	(6.329.768)	1.231.120	7.601.843	(6.117.612)	1.484.231

b) Mutações do Ativo Intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.920.898
Adições	546.100
Transferências para o Ativo Financeiro	(584.372)
Baixas	(1.366)
Amortização	(318.333)
Saldo em 30 de setembro de 2014	1.562.927
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.484.231
Adições	690.632
Transferências para o Ativo Financeiro	(603.839)
Baixas	(4.538)
Amortização	(335.366)
Saldo em 30 de setembro de 2015	1.231.120

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R\$690.632 está contemplado R\$105.253 a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na Nota Explicativa 16.

14. FORNECEDORES

	30/09/2015	31/12/2014
Energia de curto prazo - CCEE	338.793	277.805
Encargos de uso da rede elétrica	55.501	64.191
Energia elétrica comprada para revenda	396.571	448.294
Itaipu binacional	335.950	148.864
Materiais e serviços	163.668	180.331
	1.290.483	1.119.485

Obtenção de liminar para impedir o ajuste do MRE

Em 4 de agosto de 2015, a Cemig D obteve decisão judicial favorável na ação judicial movida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”), em face da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), determinando à CCEE que, até decisão final, abstenha-se de imputar às afiliadas da ABRADEE o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais, das quais não façam parte, relativas aos efeitos do *Generation Scaling Factor* (GSF - Fator de Ajuste de Garantia Física) sobre geradores hidrelétricos, bem como de lhes aplicar qualquer sanção daí decorrente.

Em decorrência da obtenção da referida liminar, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) não registrou nas faturas despesas adicionais relativas aos efeitos de GSF sobre geradores hidrelétricos. Desta forma, os efeitos reconhecidos no resultado da Companhia são aqueles apresentados nas faturas emitidas pela CCEE.

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	30/09/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS	395.350	282.031
COFINS	86.126	36.955
PIS-PASEP	18.384	8.023
INSS	12.970	13.943
ISSQN	5.748	6.825
Outros	16.362	30.443
	534.940	378.220
Não Circulante		
COFINS	503.344	505.696
PIS-PASEP	109.278	109.789
	612.622	615.485
	1.147.562	993.705

As obrigações de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/09/2015						31/12/2014
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	3.449	34.726	38.175	24.554
KFW	2016	4,50%	EUR	2.974	1.463	4.437	4.257
Dívida em Moeda Estrangeira				6.423	36.189	42.612	28.811
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2015	108,50% do CDI	R\$	-	-	-	205.633
Banco do Brasil S.A.	2015	99,50% do CDI	R\$	-	-	-	237.666
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25% do CDI	R\$	776.472	-	776.472	706.062
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	72.539	66.169	138.708	212.232
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	54.730	49.231	103.961	-
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	27.842	490.160	518.002	-
Nota Promissória 7ª Emissão	2015	105,00% do CDI	R\$	-	-	-	1.311.205
Nota Promissória 8ª Emissão	2016	111,70% do CDI	R\$	1.816.432	-	1.816.432	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	52.150	145.851	198.001	252.188
Grandes Consumidores (2)	2018	Diversas	R\$	5.701	1.862	7.563	7.094
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	67.542	133.333	200.875	-
BNDES	2020	TJLP+2,48%	R\$	2.291	9.567	11.858	13.504
Dívida em Moeda Nacional				2.875.699	896.173	3.771.872	2.945.584
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.882.122	932.362	3.814.484	2.974.395
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69%	R\$	34.855	410.582	445.437	451.904
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	37.557	1.310.805	1.348.362	1.266.168
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	24.365	781.961	806.326	757.938
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96%	R\$	253.798	427.962	681.760	597.845
Total de Debêntures				350.575	2.931.310	3.281.885	3.073.855
Total Geral				3.232.697	3.863.672	7.096.369	6.048.250

- Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$180.743, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$142.568. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%); Vallourec (TR+9%);
- Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	3.449	-	-	-	-	-	-	34.726	38.175
Euro	1.512	2.925	-	-	-	-	-	-	4.437
Total por Moedas	4.961	2.925	-	-	-	-	-	34.726	42.612
Indexadores									
IPCA (1)	254.092	276.358	212.864	(394)	433.253	433.252	444.517	782.506	2.836.448
UFIR/RGR (2)	13.397	49.697	40.202	35.362	23.562	20.465	5.685	9.631	198.001
CDI (3)	38.605	2.835.367	213.010	583.075	163.926	165.904	-	-	3.999.887
TR (4)	1.690	-	391	99	-	-	-	-	2.180
IGP-DI (5)	2.721	753	759	759	391	-	-	-	5.383
TJLP (6)	602	2.248	2.248	2.248	2.248	2.264	-	-	11.858
Total por Indexadores	311.107	3.164.423	469.474	621.149	623.380	621.885	450.202	792.137	7.053.757
Total Geral	316.068	3.167.348	469.474	621.149	623.380	621.885	450.202	826.863	7.096.369

- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
- Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- Taxa Referencial (TR);
- Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);
- Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	30/09/2015	30/09/2014	Indexador	30/09/2015	30/09/2014
Dólar Norte-Americano	49,57	4,63	IPCA	7,64	4,61
Euro	37,43	(4,06)	CDI	9,55	7,83

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.247.919
Empréstimos Obtidos	1.210.000
Variação Monetária e Cambial	114.263
Encargos Financeiros Provisionados	357.805
Encargos Financeiros Pagos	(294.653)
Amortização de Empréstimos	(591.622)
Saldo em 30 de setembro de 2014	6.043.712
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.048.250
Empréstimos Obtidos	2.500.000
Custos de Captação	(30.986)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.469.014
Variação Monetária e Cambial	209.188
Encargos Financeiros Provisionados	499.785
Encargos Financeiros Pagos	(396.183)
Amortização de Empréstimos	(1.733.685)
Saldo em 30 de setembro de 2015	7.096.369

Encargos Financeiros Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/09/2015	30/09/2014
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	499.785	357.805
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível (1)	(105.253)	(49.468)
Efeito Líquido no Resultado	394.532	308.337

(1) Taxa média de capitalização: 11,14% no período de janeiro a setembro de 2015.

Captações de Recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor (*)
Moeda Nacional				
Caixa Econômica Federal (1)	22/01/2015	2018	119% do CDI	200.000
Nota Promissória 8ª emissão (2)	01/04/2015	2016	111,70% do CDI	1.684.700
Banco do Brasil (3)	10/05/2015	2020	114% do CDI	486.618
Banco do Brasil (4)	10/05/2015	2017	111% do CDI	97.696
Total de Captações				2.469.014

*Líquido do custo de captação.

- (1) Cédula de Crédito Bancário - Crédito Especial Setor Público para amortização de dívida;
- (2) 8ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, com aval da sua controladora, por meio da qual foram emitidas 340 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$5.000 na data de emissão, totalizando R\$1.700.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas e compra de energia elétrica pela Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 26 de março de 2016. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização;
- (3) Cédula de Crédito Bancário, com garantia de penhor de duplicatas de prestação de serviços, para reforço do capital de giro, vencendo em 10 de março de 2020;
- (4) Cédula de Crédito Bancário, com garantia de penhor de duplicatas de prestação de serviços, para reforço do capital de giro, vencendo em 26 de abril de 2017.

Garantias

Em 30 de setembro de 2015, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Notas Promissórias e Aval	5.071.458
Recebíveis	1.335.588
Sem Garantia	689.323
TOTAL	7.096.369

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 30 de setembro de 2015, possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Saldo em 30/09/2015	Saldo em 31/12/2014
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	445.437	451.904
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	1.348.362	1.266.168
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	806.326	757.938
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	681.760	597.845
TOTAL			3.281.885	3.073.855

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenant”) atrelada a índices financeiros apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro da Garantidora CEMIG, auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM), conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
Patrimônio/Ativo Total	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA	Menor ou igual a 4 vezes

Caso não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia terá até 30 dias, contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, para constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2015	31/12/2014
Eficiência Energética	198.038	159.665
Pesquisa e Desenvolvimento	46.691	7.343
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	284.556	17.405
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.258
Encargos de Capacidade Emergencial	30.997	31.010
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.287	1.037
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	20.589	-
	613.623	247.925
Passivo Circulante	492.607	57.257
Passivo Não Circulante	121.016	190.668

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	585.207	737.236	20.848	424.877	1.768.168
Despesa reconhecida no resultado	54.477	71.810	2.032	40.677	168.996
Contribuições Pagas	(57.897)	(36.190)	(1.118)	(6.415)	(101.620)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2014	581.787	772.856	21.762	459.139	1.835.544
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	579.228	821.325	23.566	482.852	1.906.971
Despesa reconhecida no resultado	70.663	78.128	2.250	44.944	195.985
Contribuições Pagas	(62.664)	(37.929)	(1.131)	(6.224)	(107.948)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2015	587.227	861.524	24.685	521.572	1.995.008
				30/09/2015	31/12/2014
Passivo Circulante				116.759	109.879
Passivo Não Circulante				1.878.249	1.797.092

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig Distribuição, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2015
Trabalhistas	236.345	47.741	-	(15.712)	268.374
Cíveis					
Relações de Consumo	15.965	9.810	(3.043)	(9.180)	13.552
Outras Ações Cíveis	23.694	9.213	-	(5.280)	27.627
	39.659	19.023	(3.043)	(14.460)	41.179
Tributárias	9.561	917	(7.033)	(139)	3.306
Ambientais	51	6	-	-	57
Regulatórias	10.874	9.840	-	(91)	20.623
Outras	6.632	1.294	(831)	(797)	6.298
Total	303.122	78.821	(10.907)	(31.199)	339.837

	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2014
Trabalhistas	99.201	39.442	(2.658)	(10.066)	125.919
Cíveis					
Relações de Consumo	22.628	6.829	(6.130)	(6.992)	16.335
Outras Ações Cíveis	16.272	6.329	-	(3.132)	19.469
	38.900	13.158	(6.130)	(10.124)	35.804
Tributárias	5.491	4.660	(6.856)	(882)	2.413
Ambientais	42	7	-	-	49
Regulatórias	29.832	617	(19.553)	(143)	10.753
Outras	8.239	83	(1.862)	(75)	6.385
Total	181.705	57.967	(37.059)	(21.290)	181.323

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$750.781 (R\$625.388 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$268.374 (R\$236.345 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Dentre as questões descritas acima, a Companhia é parte em dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos seus empregados, que visa o estabelecimento de normas e condições de trabalho para reger os contratos de trabalho no período de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, cuja pauta de reivindicações trazia diversos assuntos, dentre eles a recomposição de perdas salariais, aumento real, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas. O valor envolvido nesta ação é de, aproximadamente, R\$98.888 (R\$90.462 em 31 de dezembro de 2014), que está devidamente registrado, tendo em vista a atual fase processual.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$21.333 (R\$18.410 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$13.552 (R\$15.965 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$145.972 (R\$154.826 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$27.627 (R\$23.694 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$21.272 (R\$19.273 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$3.306 (R\$9.561 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$110.091 (R\$98.309 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$20.623 (R\$10.874 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$57.930 (R\$56.120 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$6.355 (R\$6.683 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$184.290 (R\$171.356 em 31 de dezembro de 2014), e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$911.467 (R\$840.116 em 31 de dezembro de 2014). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$303.736 (R\$291.323 em 31 de dezembro de 2014) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível. A Administração acredita ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$167.951 (R\$150.489 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$21.396 (R\$18.937 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.644.187 (R\$1.438.400 em 31 de dezembro de 2014), para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$64.287 (R\$59.081 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$215.019 (R\$189.671 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$261.920 (R\$227.234 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da existência de previsão legal e contratual para a prática das tarifas discutidas, ocasionando a falta de sustentação jurídica do pleito e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Quebra de Contrato

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$197.350 (R\$183.257 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$31.186 (R\$25.311 em 31 de dezembro de 2014).

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$23.323 (R\$20.817 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$99.185, e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$2.361.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/09/2015	30/09/2014
Número médio ponderado de ações	2.316.468	2.261.998
Resultado do Período	65.250	6.405
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,0282	0,0028

	Jul a Set/15	Jul a Set/14
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.261.998
Resultado do Período	60.064	73.300
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,0255	0,0324

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Líquido Diluído é igual ao Básico.

Aumento de Capital Social

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social da Cemig Distribuição no valor de R\$100.000. O capital social, que era de R\$2.261.998, passou para R\$2.361.998, através da emissão de 97.115.665 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada. A quantidade total de ações passou de 2.261.997.787 para 2.359.113.452.

Constituição de Reserva de Retenção de Lucros

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária decidiu que o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, de 50% do lucro do exercício, não seriam compatíveis com a atual situação financeira da Companhia. Assim, deliberou o pagamento do montante de R\$131.610, através de Juros sobre o Capital Próprio, e a manutenção no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, do valor de R\$103.086.

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	12.017.717	8.393.167
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	1.203.477	639.146
Transações com Energia na CCEE	50.231	-
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	1.306.434	-
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	690.632	546.100
Outras Receitas Operacionais (e)	892.612	783.270
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(6.867.134)	(2.934.893)
	9.293.969	7.426.790

	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	4.316.053	2.919.327
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	454.850	216.676
Transações com Energia na CCEE	50.231	-
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	543.937	-
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	247.227	221.951
Outras Receitas Operacionais (e)	320.950	250.104
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(2.743.939)	(1.013.445)
	3.189.309	2.594.613

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Residencial	7.313.315	7.457.447	5.303.127	3.804.315
Industrial	2.826.575	3.031.604	1.522.640	1.101.352
Comércio, Serviços e Outros	4.438.762	4.446.326	2.800.028	1.959.397
Rural	2.472.446	2.536.460	1.007.542	668.069
Poder Público	650.969	653.516	391.071	274.954
Iluminação Pública	994.543	966.373	389.217	261.787
Serviço Público	897.900	956.732	394.378	283.063
Subtotal	19.594.510	20.048.458	11.808.003	8.352.937
Consumo Próprio	27.722	27.666	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	209.714	40.230
Total	19.622.232	20.076.124	12.017.717	8.393.167

	MWh (*)		R\$	
	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014
Residencial	2.363.902	2.430.127	1.906.812	1.296.048
Industrial	941.001	1.028.481	570.632	391.934
Comércio, Serviços e Outros	1.384.091	1.389.899	981.156	651.575
Rural	928.036	947.761	410.839	254.873
Poder Público	209.647	208.582	142.009	93.735
Iluminação Pública	333.947	323.305	149.245	93.597
Serviço Público	301.214	348.829	148.112	106.658
Subtotal	6.461.838	6.676.984	4.308.805	2.888.420
Consumo Próprio	8.808	8.611	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	7.248	30.907
Total	6.470.646	6.685.595	4.316.053	2.919.327

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

As receitas decorrentes das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser reconhecidas a partir dos aditamentos dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, realizados em 10 de dezembro de 2014. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições realizadas no período corrente a serem homologadas nos próximos reajustes tarifários.

d) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 13 e 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

e) Outras Receitas Operacionais

	30/09/2015	30/09/2014
Serviço Taxado	11.604	6.978
Outras Prestações de Serviços	7.911	8.981
Subvenções (*)	732.422	586.677
Aluguel e Arrendamento	73.258	62.171
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	62.783	117.737
Outras	4.634	726
	892.612	783.270

	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014
Serviço Taxado	2.803	2.649
Outras Prestações de Serviços	2.963	3.384
Subvenções (*)	273.263	201.409
Aluguel e Arrendamento	24.919	21.086
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	15.723	21.272
Outras	1.279	304
	320.950	250.104

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
Impostos sobre a Receita		
ICMS	2.665.123	1.877.488
PIS-PASEP	242.293	150.637
COFINS	1.116.581	693.844
ISSQN	308	343
	4.024.305	2.722.312
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	42.558	32.657
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.999.052	142.087
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	17.023	13.063
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	17.023	12.870
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	8.512	6.435
Encargos Adicionais Lei 12.111/09 (recuperação de despesas)	-	(5.655)
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	747.866	-
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	10.795	11.124
	2.842.829	212.581
	6.867.134	2.934.893

	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014 Reclassificado
Impostos sobre a Receita		
ICMS	970.111	642.053
PIS-PASEP	96.171	52.291
COFINS	443.535	240.856
ISSQN	111	117
	1.509.928	935.317
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	14.265	11.401
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	853.667	52.215
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	5.706	4.560
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	5.706	4.560
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	2.853	2.280
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	347.973	-
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	3.841	3.112
	1.234.011	78.128
	2.743.939	1.013.445

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
Pessoal (a)	683.977	634.019
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	142.826	136.473
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	125.322	114.519
Materiais	37.504	36.909
Serviços de Terceiros (b)	498.666	480.117
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	5.374.154	4.017.276
Amortização	335.366	318.011
Provisões Operacionais (d)	177.780	109.815
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	629.841	414.671
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	690.632	546.100
Outras Despesas Líquidas (f)	302.396	268.148
	8.998.464	7.076.058

	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014 Reclassificado
Pessoal (a)	221.527	211.900
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	41.094	38.794
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	41.774	38.173
Materiais	15.194	12.662
Serviços de Terceiros (b)	165.283	170.131
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.795.541	1.255.560
Amortização	110.904	107.624
Provisões Operacionais (d)	84.315	66.063
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	230.062	155.834
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	247.227	221.951
Outras Despesas Líquidas (f)	82.498	82.982
	3.035.419	2.361.674

a) Despesas com Pessoal	30/09/2015	30/09/2014
Remunerações e Encargos	599.954	556.272
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	39.851	36.819
Benefícios Assistenciais	79.085	75.189
	718.890	668.280
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras	(36.499)	(34.149)
Provisão Prêmio Aposentadoria (Recuperação de despesas)	1.586	(112)
	683.977	634.019

a) Despesas com Pessoal	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014
Remunerações e Encargos	195.078	187.203
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	12.791	11.482
Benefícios Assistenciais	26.554	25.046
	234.423	223.731
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras	(13.238)	(12.104)
Provisão Prêmio Aposentadoria	342	273
	221.527	211.900

b) Serviços de Terceiros	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	91.104	84.585
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	126.630	129.733
Comunicação	51.349	50.210
Conservação e Limpeza de Prédios	51.897	46.090
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	22.027	19.410
Corte e Religação	22.255	12.167
Podas de Árvores	18.647	15.737
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	13.637	14.878
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	15.199	21.765
Mão de Obra Contratada	1.916	3.162
Hospedagem e Alimentação	9.160	8.437
Vigilância	8.455	7.628
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	3.626	3.868
Manutenção e Conservação de Veículos	5.424	5.789
Reprografia e Publicações Legais	7.674	3.614
Inspeção de Unidades Consumidoras	3.115	3.202
Fretes e Passagens	2.919	2.935
Consultoria	4.419	8.735
Meio Ambiente	1.845	1.207
Outros	37.368	36.965
	498.666	480.117

b) Serviços de Terceiros	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014 Reclassificado
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	32.249	27.690
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	37.854	40.653
Comunicação	17.652	17.894
Conservação e Limpeza de Prédios	20.191	17.691
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	8.274	8.492
Corte e Religação	6.325	5.031
Podas de Árvores	7.045	5.880
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	3.556	5.225
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	4.790	5.839
Mão de Obra Contratada	1.231	779
Hospedagem e Alimentação	3.038	3.202
Vigilância	3.455	2.639
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	1.198	1.195
Manutenção e Conservação de Veículos	1.715	1.951
Reprografia e Publicações Legais	2.629	1.626
Inspeção de Unidades Consumidoras	1.024	1.005
Fretes e Passagens	972	1.003
Consultoria	1.254	5.990
Meio Ambiente	781	271
Outros	10.050	16.075
	165.283	170.131

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/09/2015	30/09/2014
Energia de Itaipu Binacional	1.253.423	610.958
Contratos por Cotas de Garantia Física	183.398	164.077
Cotas das Usinas de Angra I e II	149.610	133.220
Energia de Curto Prazo (1)	710.085	831.046
Contratos Bilaterais	233.803	231.305
Energia adquirida em Leilão	3.200.400	2.249.709
PROINFA	184.514	197.411
Créditos de PASEP/COFINS	(541.079)	(400.450)
	5.374.154	4.017.276

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014
Energia de Itaipu Binacional	482.579	208.304
Contratos por Cotas de Garantia Física	69.914	53.869
Cotas das Usinas de Angra I e II	50.531	44.406
Energia de Curto Prazo (recuperação de despesa) (1)	264.191	(30.501)
Contratos Bilaterais	77.976	81.019
Energia adquirida em Leilão	1.002.122	957.330
PROINFA	61.505	65.804
Créditos de PASEP/COFINS	(213.277)	(124.671)
	1.795.541	1.255.560

(1) Mais detalhes sobre a medida liminar que impediu o ajuste do MRE estão divulgados na nota explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias.

d) Provisões (Reversões) Operacionais	30/09/2015	30/09/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	109.866	88.907
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	47.741	36.784
Cíveis	15.980	7.028
Tributárias	(6.116)	(2.196)
Ambientais	6	7
Regulatórias	9.840	(18.936)
Outras	463	(1.779)
	67.914	20.908
	177.780	109.815

d) Provisões (Reversões) Operacionais	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	52.165	41.046
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	22.896	31.928
Cíveis	705	(877)
Tributárias	(387)	(6.315)
Ambientais	2	2
Regulatórias	9389	115
Outras	(455)	164
	32.150	25.017
	84.315	66.063

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	30/09/2015	30/09/2014
Pessoal	46.159	38.908
Materiais	257.101	236.961
Serviços de Terceiros	273.045	227.080
Encargos Financeiros	105.253	34.429
Arrendamentos e Aluguéis	737	69
Impostos e Taxas	349	165
Outros	7.988	8.488
	690.632	546.100

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014
Pessoal	18.091	14.644
Materiais	94.765	101.408
Serviços de Terceiros	96.249	89.466
Encargos Financeiros	35.093	10.658
Arrendamentos e Aluguéis	221	25
Impostos e Taxas	161	40
Outros	2.647	5.710
	247.227	221.951

f) Outras Despesas Líquidas	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
Arrendamentos e Aluguéis	57.228	57.435
Propaganda e Publicidade	4.319	14.161
Consumo Próprio de Energia Elétrica	14.878	11.552
Subvenções e Doações	7.348	6.354
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	85.477	77.209
Anuidade CCEE	3.100	2.400
Seguros	1.423	1.486
Forluz – Custeio Administrativo	11.891	12.057
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	46.095	35.410
Agentes Arrecadadores	52.642	49.442
Outras	17.995	642
	302.396	268.148

f) Outras Despesas Líquidas	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014 Reclassificado
Arrendamentos e Aluguéis	18.238	19.709
Propaganda e Publicidade	2.907	7.482
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.540	3.697
Subvenções e Doações	2.625	2.784
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	29.185	24.396
Anuidade CCEE	1.019	837
Seguros	471	486
Forluz – Custeio Administrativo	3.524	3.999
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.114	3.525
Agentes Arrecadadores	18.285	17.542
Outras (Recuperação de Despesas)	(410)	(1.475)
	82.498	82.982

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	35.567	74.708
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	151.001	115.744
Variações Cambiais	55.421	13.846
Variações Monetárias	6.852	9.226
Multas Contratuais	11.613	7.665
Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos	282.663	-
Variação Monetária e Cambial - CVA	140.240	-
PASEP e COFINS sobre Receitas Financeiras	(9.291)	-
Outras	5.371	6.051
	679.437	227.240
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(394.532)	(308.337)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(70.663)	(54.477)
Variações Cambiais	(159.331)	(9.892)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(196.689)	(118.788)
Variação Monetária de P&D e PEE	(14.048)	(11.039)
Outras Variações Monetárias	(3.212)	(5.004)
Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos	-	(31.402)
Outras	(13.960)	(11.399)
	(852.435)	(550.338)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(172.998)	(323.098)

	Jul a Set/2015	Jul a Set/2014 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	16.279	26.117
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	58.010	36.132
Variações Cambiais	31.071	(3.301)
Variações Monetárias	2.933	2.413
Multas Contratuais	4.033	1.620
Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos	88.990	-
Variação Monetária e Cambial - CVA	63.611	-
PASEP e COFINS sobre Receitas Financeiras	(9.291)	-
Outras	2.027	2.084
	257.663	65.065
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(163.007)	(116.582)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(18.294)	(12.462)
Variações Cambiais	(87.887)	(4.645)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(37.333)	(5.096)
Variação Monetária de P&D e PEE	(5.514)	(3.938)
Outras Variações Monetárias	(1.075)	(1.858)
Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos	-	(30.075)
Outras	(1.089)	(5.926)
	(314.199)	(180.582)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(56.536)	(115.517)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	12.833	-	-	(10.884)	(14.695)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	11.869	111.868	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	12.413	-	-	-	(76.896)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	970	489	-	-	(4.771)	(4.378)
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	2.319	-	-	(1.336)	(1.620)
Operações com Energia Elétrica (2)	3.066	2.773	12.560	11.988	29.186	26.569	(201.822)	(93.658)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	470	479	-	-	-	-	-	-
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	411	315	-	-	3.539	2.591	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	2.130	6.205	-	-	3.912	2.522	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	949	2.656	473	1.392	(8.567)	(8.863)
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	201.552	107.129	-	-	8.544	40.685	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	2.398	1.622	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	17.519	2.577	-	-	106.273	75.851	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	16.295	2.220	-	-	(101.683)	(7.675)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	4.864	2.556	-	-	(45.506)	(13.823)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	52.979	47.001	-	-	(70.663)	(54.477)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(39.851)	(36.819)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(11.891)	(12.057)
Arrendamento Operacional (9)	-	-	1.194	1.108	-	-	(10.579)	(9.383)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	534.248	532.227	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	55.598	52.359	-	-	(80.378)	(73.842)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	830.611	792.532	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da distribuição e linhas de distribuição, compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig Distribuição e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecomunicações. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 18);
- (7) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 22) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Aluguel do edifício sede;
- (10) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 18).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 14, 16 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de setembro de 2015, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig Distribuição de 10,47% no fundo de investimento, em 30 de setembro de 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig Distribuição 10,47%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.104
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	5.540
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	1.052
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	5.400
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.398
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.998
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.059
Brasorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	595
Cemig Telecom	Nota de Crédito	110,40% do CDI	14/12/2015	560
				20.706

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente registrados e custeados pela controladora e estão demonstrados na tabela abaixo.

	30/09/2015	30/09/2014
Remuneração	9.553	6.418
Participação nos Resultados	2.323	1.775
Benefícios Pós Emprego	552	619
Benefícios Assistenciais	222	217
Total	12.650	9.029

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Ativos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda e Reembolso Subsídios Tarifários. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 1,70%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e para a Dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,96% e CDI + 0,69% a 1,70%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	642.204	642.204	241.730	241.730
Depósitos Vinculados a Litígios	2.692.978	2.692.978	1.799.801	1.799.801
Subvenção Baixa Renda	880.169	880.169	865.556	865.556
Reembolso Subsídios Tarifários	62.826	62.826	35.197	35.197
Fundos Vinculados	166.571	166.571	344.896	344.896
CVA e Outros Componentes Financeiros	63	63	795	795
	<u>1.360.159</u>	<u>1.360.159</u>	<u>1.106.675</u>	<u>1.106.675</u>
	5.804.970	5.804.970	4.394.650	4.394.650
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	6.783.191	6.783.191	5.943.682	5.943.682
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	61.476	61.398	17.154	17.067
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	120.570	120.570	85.391	85.391
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	1.290.483	1.290.483	1.119.485	1.119.485
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.096.369	6.667.640	6.048.250	5.788.387
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	587.227	587.227	579.228	579.228
	<u>8.974.079</u>	<u>8.545.350</u>	<u>7.746.963</u>	<u>7.487.100</u>

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2015		31/12/2014	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	9.609	38.175	9.245	24.554
Fornecedores (Itaipu Binacional)	87.322	335.950	57.433	148.864
	96.931	374.125	66.678	173.418
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	1.000	4.437	1.319	4.257
Passivo Exposto		378.562		177.675

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2016 será uma valorização de 2,06% para o dólar (R\$4,055) e uma desvalorização de 0,20% para o Euro (R\$4,426). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2015	Cenário	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	38.175	38.963	48.706	58.449
Fornecedores (Itaipu Binacional)	335.950	342.884	428.626	514.368
	374.125	381.847	477.332	572.817
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	4.437	4.428	5.536	6.642
Passivo Exposto	378.562	386.275	482.868	579.459
Efeito da Variação Cambial		7.713	104.306	200.897

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2015. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	30/09/2015	31/12/2014
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	642.204	241.730
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	182.046	102.545
Fundos Vinculados	63	795
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 12)	1.360.159	1.066.314
	<u>2.184.472</u>	<u>1.411.384</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 16)	(3.999.887)	(3.124.703)
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.815.415)</u>	<u>(1.713.319)</u>

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2016, a taxa SELIC será de 13,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/09/2015	30 de setembro de 2016		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 13,75%	Cenário SELIC 17,19%	Cenário SELIC 20,63%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	642.204	730.507	752.599	774.691
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	182.046	207.077	213.340	219.602
Fundos Vinculados	63	72	74	76
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.360.159	1.547.181	1.593.970	1.640.760
	<u>2.184.472</u>	<u>2.484.837</u>	<u>2.559.983</u>	<u>2.635.129</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 16)	(3.999.887)	(4.549.871)	(4.687.468)	(4.825.064)
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.815.415)</u>	<u>(2.065.034)</u>	<u>(2.127.485)</u>	<u>(2.189.935)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(249.619)</u>	<u>(312.070)</u>	<u>(374.520)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações em 30 de setembro de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/09/2015	31/12/2014
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 12) (*)	4.698.814	4.416.121
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.836.448)	(2.621.950)
Ativo Líquido Exposto	1.862.366	1.794.171

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2016, as taxas IPCA e IGP-M serão de 6,82% e 5,90%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2015	30 de setembro de 2016		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 6,82% IGP-M 5,90%	Cenário IPCA 8,53% IGP-M 7,38%	Cenário IPCA 10,23% IGP-M 8,85%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 12)	4.698.814	4.976.044	5.045.586	5.114.659
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.836.448)	(3.029.894)	(3.078.397)	(3.126.617)
Ativo Líquido Exposto	1.862.366	1.946.150	1.967.189	1.988.042
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		83.784	104.823	125.676

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1. O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	63.370	350.342	4.168.187	5.920.750	2.426.041	12.928.690
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	7.174	21.949	26.071	440.643	449.204	945.041
	70.544	372.291	4.194.258	6.361.393	2.875.245	13.873.731
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.108.854	181.629	-	-	-	1.290.483
	1.179.398	553.920	4.194.258	6.361.393	2.875.245	15.164.214

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig Distribuição divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo.
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”) de apuração anual, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro da CEMIG, garantidora do financiamento. O contrato prevê que a CEMIG tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, bem como uma relação Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4 vezes, os quais, se não observados, obrigam a Cemig Distribuição a providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/09/2015	31/12/2014
Total do Passivo	13.279.343	11.382.613
Caixa e Equivalentes de Caixa	(676.978)	(313.799)
Fundos Vinculados	(63)	(795)
Passivo Líquido	12.602.302	11.068.019
Total do Patrimônio Líquido	2.750.563	2.482.227
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	4,58	4,46

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/09/2015	Valor justo em 30 de setembro de 2015		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	20.680	-	20.680	-
Letras Financeiras – Bancos	60.509	-	60.509	-
Letras Financeiras do Tesouro	15.962	15.962	-	-
Debêntures	23.261	-	23.261	-
Outros	158	-	158	-
	120.570	15.962	104.608	-
Fundos Vinculados	63	-	63	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	6.783.191	-	-	6.783.191
	6.903.824	15.962	104.671	6.783.191

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa e que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30/09/2015	30/09/2014
Encargos Financeiros Capitalizados	105.253	49.468
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	603.839	584.372
Receita e despesa de Construção de Infraestrutura de Distribuição	690.632	546.100
Dividendos Obrigatórios não Distribuídos (nota 21)	103.086	-

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

RESULTADO DO PERÍODO

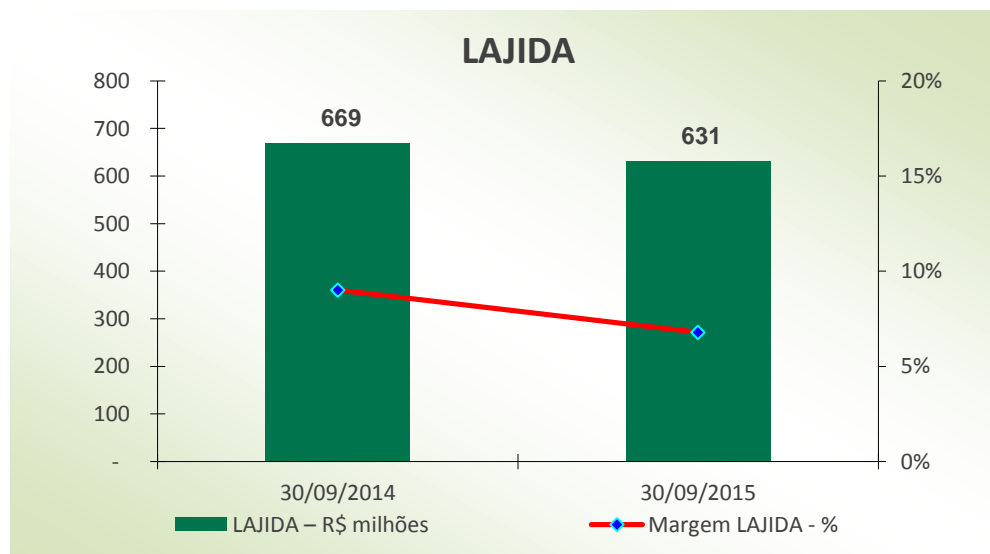
A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a setembro de 2015, Lucro Líquido de R\$65.250 em comparação ao Lucro Líquido de R\$6.405, no mesmo período de 2014.

As principais variações na comparação dos resultados dos períodos de janeiro a setembro de 2015 e 2014 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 5,66% no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2015	30/09/2014 Reclassificado	Var. %
Resultado do Período	65.250	6.405	918,74
+ Despesa de IR e Contribuição Social	57.257	21.229	169,71
+ Resultado Financeiro Líquido	172.998	323.098	(46,46)
+ Amortização	335.366	318.011	5,46
= LAJIDA	630.871	668.743	(5,66)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2015, em comparação ao mesmo período de 2014, deve-se, principalmente, ao aumento de 28,19% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação a um aumento na receita de 25,14%. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 9,01% no período de janeiro a setembro de 2014 para 6,79% no mesmo período de 2015.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$12.017.717, no período de janeiro a setembro de 2015, em comparação a R\$8.393.167, no no mesmo período de 2014, representando um aumento de 43,18%. Os principais impactos na Receita, no período de janeiro a setembro de 2015, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014 (efeito integral em 2015);
- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- instituição em 2015 do mecanismo de bandeiras tarifárias com os seguintes valores para cada 100 kWh consumidos: (i) a partir de janeiro de 2015, R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha; (ii) a partir de março de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha; e (iii) a partir de setembro de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$4,50 para a Bandeira Vermelha. A bandeira vermelha vigorou de janeiro a setembro de 2015.
- Redução de 2,26% no volume de energia vendida.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	30/09/2015	30/09/2014	Var %
Residencial	7.313.315	7.457.447	(1,93)
Industrial	2.826.575	3.031.604	(6,76)
Comércio, Serviços e Outros	4.438.762	4.446.326	(0,17)
Rural	2.472.446	2.536.460	(2,52)
Poder Público	650.969	653.516	(0,39)
Iluminação Pública	994.543	966.373	2,92
Serviço Público	897.900	956.732	(6,15)
Total	19.594.510	20.048.458	(2,26)

Destaca-se a redução de 6,76% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2015, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a setembro de 2015, a receita correspondeu a um total de R\$1.203.477, comparada a R\$639.146 no mesmo período de 2014, o que representa um aumento de 88,29%.

Esta variação decorre, basicamente, do impacto tarifário de 8,79% para os consumidores livres a partir de 08 de abril de 2014 e novo aumento de 96,21% ocorrido em 2015. Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 21). O reajuste na tarifa foi parcialmente compensado pelo desaquecimento das atividades do setor industrial no período, que apresentou uma redução de 12,03% na quantidade de energia distribuída.

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma receita operacional de R\$1.306.434 em 30 de setembro de 2015.

Deve ser ressaltado que a receita mencionada é líquida de ajuste devedor no valor de R\$80.671 referente à diferença de estimativa de valores registrados em 2014.

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$690.632, no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$546.100, no mesmo período de 2014, um aumento de 26,47%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no período de janeiro a setembro de 2015 foram de R\$6.867.134, comparados a R\$2.934.893 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 133,98%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.999.052, no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$142.087, no mesmo período de 2014. As despesas abarcadas pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE são: indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Em 2015, em função do novo orçamento para a CDE, foi elevado o montante anual de R\$194 milhões para R\$2.598 milhões (conforme Resoluções da ANEEL nº 1.857/15 e nº 1.863/15), sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$8.998.464 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$7.076.058 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 27,17%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações estão descritas a seguir:

Energia Elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$5.374.154 no período de janeiro a setembro de 2015 comparada a uma despesa de R\$4.017.276 em 2014, representando um aumento de 33,78%.

Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 42,26% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$3.200.400 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$2.249.709 no mesmo período de 2014, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- aumento de 105,16% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.253.423 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$610.958 no mesmo período de 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar frente ao Real no período de janeiro a setembro de 2015, comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no período de janeiro a setembro de 2015 foi de R\$3,22, em comparação a R\$2,29 do mesmo período de 2014, o que representou uma variação de 40,61%;
- redução de 14,56% da compra de energia de curto prazo, em função do menor custo da energia no mercado atacadista em 2015 (R\$710.085 em setembro de 2015 e R\$831.046 em setembro de 2014).

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$629.841 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$414.671 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 51,89%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$683.977 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$634.019 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 7,88%. Essa variação decorre, principalmente, de reajustes salariais, cujos percentuais aplicados foram de 6,34% a partir de novembro de 2014, em função de Acordo Coletivo, e de 3% a partir de março de 2015, como resultado do dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados da Companhia.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$177.780 no período de janeiro a setembro de 2015 na comparação com R\$109.815 no mesmo período de 2014, um aumento de 61,89%. Destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$47.741 no período de janeiro a setembro de 2015, em comparação a R\$36.784 no mesmo período de 2014. Além disso, no período de janeiro a setembro de 2015 houve uma constituição de R\$9.840 nas provisões regulatórias, em comparação a uma reversão de R\$18.936 no mesmo período de 2014. Mais informações na Nota Explicativa nº 19.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no período de janeiro a setembro de 2015, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$172.998, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$323.098 no mesmo período de 2014, representando uma redução de 46,46%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, a partir de 2015, da variação cambial e monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$140.240 no período de janeiro a setembro de 2015.
- aumento da receita com Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos, sendo R\$282.663 no período de janeiro a setembro de 2015, em comparação à despesa de R\$31.402 no mesmo período de 2014. Esta variação decorre da maior variação do indexador da BRR, o IGP-M, que variou 6,34% no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação a uma variação de 1,75% no mesmo período de 2014. Adicionalmente, em junho de 2014, foi registrada uma reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$110.398 em função da homologação definitiva da BRR da Cemig Distribuição.
- aumento de 27,95% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$394.532 no período de janeiro a setembro de 2015 comparados a R\$308.337 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 9,55% no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação a 7,83% no mesmo período de 2014.
- aumento de 65,58% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$196.689 no período de janeiro a setembro de 2015, comparados a R\$118.788 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do IPCA no período (7,64% no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação a 4,61% no mesmo período de 2014).
- aumento nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, sendo o montante no período de janeiro a setembro de 2015 de R\$159.331 comparados a R\$9.892 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do Dólar em 2015 (49,57% no período de janeiro a setembro de 2015 em comparação a 4,63% no mesmo período de 2014).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a setembro de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$57.257 em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$122.507, representando um percentual de 46,74%. No mesmo período de 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$21.229 em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$27.634, representando um percentual de 76,82%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

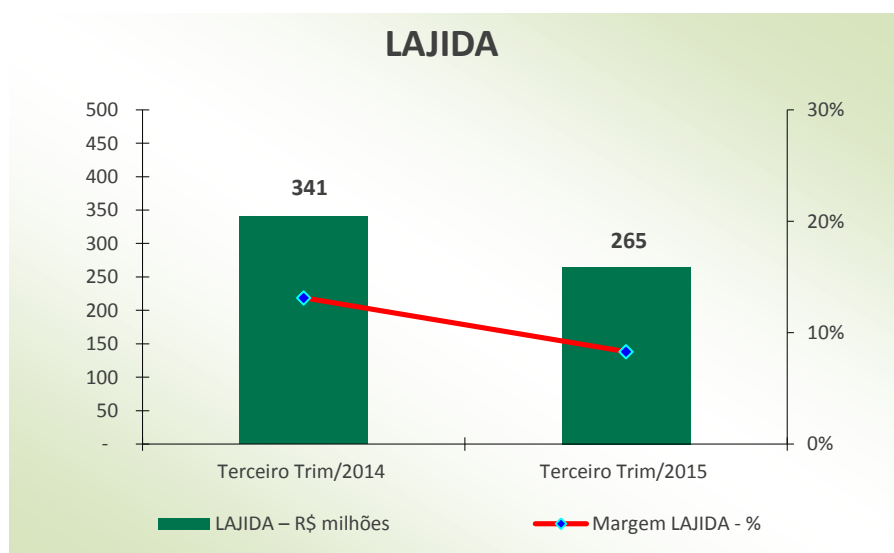
RESULTADO DO TRIMESTRE

A Cemig Distribuição apresentou, no terceiro trimestre de 2015, Lucro Líquido de R\$60.064, em comparação ao Lucro Líquido de R\$73.300, no terceiro trimestre de 2014. As principais variações na comparação dos resultados dos terceiros trimestres de 2015 e 2014 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 22,25% no terceiro trimestre de 2015 em comparação ao mesmo período de 2014:

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/2015	Terceiro Trim/2014 Reclassificado	Var. %
Resultado do Período	60.064	73.300	(18,06)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	37.290	44.122	(15,48)
+ Resultado Financeiro Líquido	56.536	115.517	(51,06)
+ Amortização	110.904	107.624	3,05
= LAJIDA	264.794	340.563	(22,25)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no terceiro trimestre de 2015, em comparação ao terceiro trimestre de 2014, deve-se, principalmente, ao aumento de 29,74% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação a um aumento na receita de 22,92%. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 13,13%, no terceiro trimestre de 2014, para 8,30%, no terceiro trimestre de 2015.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$4.316.053, no terceiro trimestre de 2015, em comparação a R\$2.919.327, no terceiro trimestre de 2014, representando um aumento de 47,84%. Os principais impactos na Receita, no terceiro trimestre de 2015, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- instituição em 2015 do mecanismo de bandeiras tarifárias com os seguintes valores para cada 100 kWh consumidos: (i) a partir de janeiro de 2015, R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha; (ii) a partir de março de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha; e (iii) a partir de setembro de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$4,50 para a Bandeira Vermelha. A bandeira vermelha vigorou de janeiro a setembro de 2015.
- Redução de 3,22% no volume de energia vendida.

A variação por classe de consumo da energia vendida está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	Terceiro Trim/2015	Terceiro Trim/2014	Var %
Residencial	2.363.902	2.430.127	(2,73)
Industrial	941.001	1.028.481	(8,51)
Comércio, Serviços e Outros	1.384.091	1.389.899	(0,42)
Rural	928.036	947.761	(2,08)
Poder Público	209.647	208.582	0,51
Iluminação Pública	333.947	323.305	3,29
Serviço Público	301.214	348.829	(13,65)
Total	6.461.838	6.676.984	(3,22)

Destaca-se a redução de 8,51% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2015, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No terceiro trimestre de 2015, a receita correspondeu a um total de R\$454.850, comparada a R\$216.676 no mesmo período de 2014, o que representa um aumento de 109,92%.

Esta variação decorre, basicamente, dos reajustes tarifários ocorridos em 2015, com impacto de 96,21% nas tarifas para os consumidores livres. Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 21). O aumento na tarifa foi parcialmente compensado pelo desaquecimento das atividades do setor industrial no período, cujo impacto foi uma redução de 12,06% na quantidade de energia distribuída.

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma receita operacional de R\$543.937 no terceiro trimestre de 2015.

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$247.227, no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$221.951, do mesmo período de 2014, um aumento de 11,39%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no terceiro trimestre de 2015 foram de R\$2.743.939, comparados a R\$1.013.445, do terceiro trimestre de 2014, representando um aumento de 170,75%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$853.667 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$52.215, do terceiro trimestre de 2014. As despesas abarcadas pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE são: indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Em 2015, em função do novo orçamento para a CDE, foi elevado o montante anual de R\$194 milhões para R\$2.598 milhões (conforme Resoluções da ANEEL nº 1.857/15 e nº 1.863/15), sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$3.035.419, no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$2.361.674, do terceiro trimestre de 2014, representando um aumento de 28,53%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.795.541 no terceiro trimestre de 2015, comparada a R\$1.255.560 no terceiro trimestre de 2014, um aumento de 43,01%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 4,68% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$1.002.122 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$957.330 no terceiro trimestre de 2014, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- aumento de 131,67% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$482.579 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$208.304 no mesmo período de 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar frente ao Real no terceiro trimestre de 2015, comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no terceiro trimestre de 2015 foi de R\$3,68, em comparação a R\$2,32 do mesmo período de 2014, o que representou uma variação de 58,62%;

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$230.062 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$155.834 no terceiro trimestre de 2014, representando um aumento de 47,63%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$221.527 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$211.900 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 4,54%. Essa variação decorre, principalmente, de reajustes salariais, cujos percentuais aplicados foram de 6,34% a partir de novembro de 2014, em função de Acordo Coletivo, e de 3% a partir de março de 2015, como resultado do dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados da Companhia.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$84.315 no terceiro trimestre de 2015 na comparação com R\$66.063 no terceiro trimestre de 2014, um aumento de 27,63%. Destaca-se que no no terceiro trimestre de 2015 houve uma constituição de R\$9.389 nas provisões regulatórias, em comparação a uma constituição de R\$115 no mesmo período de 2014. Mais informações na Nota Explicativa nº 19.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido no terceiro trimestre de 2015 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$56.536, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$115.517 no mesmo período de 2014, representando uma redução de 51,06%. As principais variações no resultado financeiro são como segue:

- reconhecimento, a partir de 2015, da variação cambial e monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$63.611 no terceiro trimestre de 2015.
- Receita com Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos no 3º trimestre de 2015, no valor de R\$88.990, em comparação à despesa de R\$30.075 no 3º trimestre de 2014. Este resultado decorre da maior variação do indexador da BRR, o IGP-M, que subiu 1,92% no 3º trimestre de 2015 em comparação a uma variação negativa de 0,68% no 3º trimestre de 2014.
- aumento de 39,82% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$163.007 no terceiro trimestre de 2015 comparados a R\$116.582 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 3,43% no terceiro trimestre de 2015 em comparação a 2,72% no mesmo período de 2014.

- aumento nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$37.333 no terceiro trimestre de 2015, comparados a R\$5.096 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do IPCA no período (1,39% no terceiro trimestre de 2015 em comparação a 0,83% no mesmo período de 2014).
- aumento nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, sendo o montante no terceiro trimestre de 2015 de R\$87.887 comparados a R\$4.645 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do Dólar em 2015 (28,05% no terceiro trimestre de 2015 em comparação a 11,28% no mesmo período de 2014).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no terceiro trimestre de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$37.290 em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$97.354, representando um percentual de 38,30%. No terceiro trimestre de 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$44.122 em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$117.422, representando um percentual de 37,58%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes.

Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade das operações da Companhia

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, a Companhia detém concessões para exploração de atividades de distribuição de energia elétrica nas regiões norte, sul, leste e oeste do estado de Minas Gerais com vencimentos determinados para fevereiro de 2016. Em 15 de outubro de 2012, a Companhia encaminhou para a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a sua manifestação de interesse na prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica anteriormente mencionados. Em 26 de outubro de 2015 a ANEEL encaminhou ao Ministério das Minas e Energia (“MME”) recomendação de prorrogação da concessão da Companhia, bem como a minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, aprovado ao final de audiência pública. Assim, até a data da aprovação destas informações contábeis intermediárias, os termos da prorrogação estão sob análise do MME. Esta situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador
CRC-1MG 079.276/O-7